

MOVIMENTO GUARAPUAVA PARA TODOS - PT | MDB | PCdoB

ELEIÇÕES 2020



PLANO DE GOVERNO PARTICIPATIVO

DR. ANTENOR

CANDIDATO A PREFEITO

JOÃO NIECKARS

CANDIDATO A VICE-PREFEITO

GUARAPUAVA - PARANÁ



APRESENTAÇÃO

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Apresento a vocês a síntese das discussões que fizemos nas oficinas de elaboração deste plano de governo. Foram mais de 40 horas de discussão e planejamento divididas em oito oficinas temáticas e quatro Grupos de Trabalho, que tiveram como objetivo colocar Guarapuava como protagonista, estimuladora e reguladora do desenvolvimento econômico.

Todas as discussões trouxeram a democracia participativa como elemento básico de gestão e planejamento do gasto público e novos investimentos que aliam o crescimento econômico voltado para a igualdade social e a sustentabilidade, considerando a alta potencialidade de Guarapuava para a economia criativa, colaborativa e solidária e o protagonismo político do Município na defesa de um projeto de desenvolvimento regional.

Também se propõe ao enfrentamento das novas realidades, decorrentes das mudanças de paradigmas sociais, econômicos e ambientais, de um modo firme, criativo e resiliente. Pensar numa Guarapuava cheia de esperança, principalmente no período difícil que enfrentaremos pós pandemia.



Nossas diretrizes são o resultado do trabalho coletivo de guarapuavanos e guarapuavanas, num processo democrático e participativo, nas quais trabalharam militantes de uma cidade melhor, independente de filiação partidária.

Os debates primaram pela experiência das lutas sociais e democráticas que cada uma e cada um dos participantes acumulou na vida política. Além disso, também foi aberto ao amplo debate com os mais diversos setores sociais, para analisar situações críticas, sintetizar necessidades e desejos da comunidade guarapuavana para a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas.

O Programa de Governo contém quatro eixos fundamentais: Participação popular e controle social, Gestão ética, democrática e eficiente, Desenvolvimento urbano e rural e direito à cidade, Desenvolvimento local e sustentável e Políticas de realização de direitos

É com esse pensamento que nós podemos e vamos fazer muito por Guarapuava, para todos e todas. Proponho um pacto entre todos os setores para que juntos possamos colocar Guarapuava no centro do debate, sem rancores políticos.

Nossa cidade é grande, acolhedora, mantida com o nosso trabalho e merece ser vista como tal. Por isso juntamos inúmeras pessoas que sonham em ver Guarapuava como verdadeiro polo de



desenvolvimento e que precisa se portar e ser reconhecida como tal, ser exemplar aos municípios do entorno e estar conectada com o mundo.

Sendo assim, agradeço a todos e todas que participaram e contribuíram para a elaboração deste documento das mais diversas formas: nas oficinas, pelo site, cujas propostas estão em anexo ou pelas inúmeras ligações que recebi.

Em especial agradeço:

- **Eliane Bueno**, Secretária de Formação Política do PT Guarapuava que coordenou todo o processo e os/as companheiros/as que intermediaram os debates das oficinas:

- Agricultura: **André Gabardo, Dionísio Vandresen e Maurício Camargo;**

- Educação: **Cristiane Wainer**

- Saúde: **Altair dos Santos**

- Desenvolvimento, Planejamento Territorial e Economia Solidária: **Paulo Nobukuni**

- Assistência Social: **Adão Schneider, Dan Alves, Andressa Kolody e Solange Fiuza**

- Meio Ambiente: **Maurício Camargo Filho**

- Cidade Digital: **Marcos Mazoni e Fernando Esteche**

- Políticas Públicas para Mulheres: **Rafaela Mezzomo e Setorial de Mulheres do PT**



- GT Desenvolvimento, Geração de Emprego e renda: **João Nieckars, Gilmar Lejambre e Carlos Alberto Gomes**
- **Cristian Martins**, que tem cuidado com apreço do site colaborativo.

Ressaltamos que este plano não está fechado, são proposições e estão disponíveis para a avaliação da comunidade guarapuavana. Ainda estamos coletando propostas. E assim será durante nosso futuro governo.

Forte abraço,

Antenor Gomes de Lima

Dr. Antenor



APRESENTAÇÃO

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

A participação popular cidadã e controle social são conquistas obtidas a partir de demandas dos movimentos sociais e outros setores da sociedade organizados em torno da luta por direitos e melhores condições de vida. A Constituição Federal de 1988, marco destas conquistas democráticas, estabelece os princípios de participação da sociedade na elaboração, gestão e controle social das políticas públicas.

O exercício da participação cidadã e do controle social favorece a constituição de uma cultura democrática baseada em direitos e, por isso, esses instrumentos são considerados fundamentais para a construção de uma esfera pública democrática, na qual possam ser associados direitos e responsabilidades dos cidadãos e cidadãs à ação qualificada dos setores do poder público em todos os poderes, principalmente o Executivo Municipal.

Ao propiciar a participação da população no pensamento e elaboração de políticas públicas e orçamento municipal evidencia-se uma outra perspectiva de governo, garantindo que todos e todas tenham voz e vez dentro da prefeitura, cria-se uma ideia de pertencimento e elevação da estima da população ao se sentir integrada, ouvida e valorizada.



É nos bairros que a vida acontece. Os serviços de saúde, de educação, assistência social etc., são direcionados aos moradores, portanto, é justo que quem os utiliza serviços públicos opine na sua organização e gestão.

A elevação da participação da comunidade no planejamento das políticas locais faz com que estas se sintam ouvidas, rompendo com o paradigma de que somente o gestor público tem o conhecimento de onde e em quais áreas devem ser aplicados os recursos disponíveis. Historicamente, os espaços de poder e de tomada de decisões foram hegemonizados por representantes, que nem sempre contemplam o pensamento da população que depende das políticas municipais.

Portanto, nosso governo terá como objetivo central o fortalecimento dos conselhos municipais existentes, a ampliação e/ou criação de conselhos locais de Saúde, o fortalecimento do Fórum Municipal de Educação, bem como estimular a criação de Fóruns populares de outras áreas, além da realização de Assembleias de Orçamento Participativo presenciais aliadas a consultas online.

O combate à corrupção também será um dos focos centrais. Faremos o levantamento e avaliação de todas as ações de controle, auditorias e fiscalizações por meio do Controle Interno a



fim de mapear e sanar possíveis atos de corrupção que porventura venham a ocorrer.

Este será um compromisso nosso e que deverá envolver todos os cidadãos e grupos organizados que almejem construir uma sociedade mais justa e equilibrada. É por aqui que começaremos a otimizar o uso dos recursos públicos fazendo com que estes atinjam a totalidade para qual serão destinados.

A democracia participativa não pode se restringir somente ao voto nas eleições, ela precisa ser pensada e discutida o tempo todo. Com sistemas adequados de informação, gestão descentralizada e ampla participação da sociedade civil organizada podemos alcançar um outro nível de racionalidade na organização econômica e social. As tecnologias disponíveis abrem imensos potenciais que podem ser amplamente explorados.

Essa é a nossa proposta central. O Orçamento Participativo será aplicado na prática em todas as áreas de governo. Vamos promover reformas que melhorem a transparência e o processo de processos democráticos formais, como propostas oriundas da população, eleições ou petições.

Programas sociais orientados permitem acesso oportuno aos programas corretos, entrega efetiva de tais programas e resultados melhorados para garantir que as pessoas estejam obtendo os benefícios prometidos, com custo de entrega reduzido.



Da mesma forma que programas de acesso ao emprego, renda mínima e outros, podem ser potencializados com o uso de redes sociais promovidas pelo município.

Para tanto é preciso proporcionar também a digitalização de todos os serviços públicos. Nossa proposta, em linhas gerais, é implementar uma plataforma que se baseie em quatro princípios básicos:

- 1) Acesso à Informação: Garantir o acesso público a informações mantidas pelo governo, não apenas sobre atividades governamentais, mas que de forma compreensível possa realizar a liberação de informações proativas de mecanismos legais e regulatórios para fortalecer o direito à informação;
- 2) Participação Cidadã: Promover a participação pública formal, criando o ambiente operacional que permita a participação em todos os espaços, abrir a tomada de decisões ao longo de todo o ciclo de elaboração de políticas a todos os públicos interessados;



DESENVOLVIMENTO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Sabemos que Guarapuava possui um quadro de estagnação em relação ao desenvolvimento. Poucas áreas são bem exploradas e possuem apoio do poder executivo municipal. Sabemos também que ter acesso à educação, saúde, infraestrutura, habitação, ao trabalho, ao crédito, à posse da terra, à titularidade de imóveis, segurança, lazer, aos bens públicos e a tudo o que é indispensável para uma vida de boa qualidade, em uma sociedade democrática moderna, a fim de elevar o IDH do município, é imprescindível para garantir uma cidade que se desenvolva e gere trabalho e renda.

Em nosso governo trabalharemos os eixos de Desenvolvimento Local, que são: Agricultura, Ciência e Tecnologia, Economia Solidária, Indústria, Serviços e Comércio. Sempre preservando a articulação das dimensões social, ambiental, econômica, cultural, política e ética, garantindo a preservação da vida, dos recursos naturais e felicidade para as gerações atuais e futuras, implicando na perspectiva de que os ganhos e benefícios da economia sejam apropriados por toda a população em termos de qualidade de vida.



TURISMO

Em torno das metrópoles orbitam outras cidades, com diferentes graus de importância no que se refere às teias de turismo. Independente do seu grau de importância, o que conta é fazer parte da teia. Para alcançar tal status, a cidade deve ter/promover visibilidade num imaginário associado à qualidade de vida, ao charme, ao estilo de vida, dentre outros.

O turismo deve ser pensado como um novo modelo de desenvolvimento, qualidade de vida de toda a população, com geração de emprego e renda para Guarapuava e região. O poder público deve fomentar a qualificação e inclusão dos trabalhadores do turismo. Para que isso aconteça, criaremos o Departamento de Turismo no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, tratando o setor como mais um potencial.

O Parque São Francisco da Esperança é um lugar atraente, com belas paisagens, mas ainda “escondido” de quem passa por Guarapuava pela BR 277. Nesse sentido, há que se apoiar e estimular as atividades de natureza e aventura, aproveitando a estrutura existente no Parque São Francisco e criar parques e novos roteiros de turismo rural.

Ainda, há que se pensar uma política de roteirização urbana e rural, estimulando novos empreendedores e os empreendedores já atuantes, de forma contemporânea, pensados não apenas a



partir de lugares, mas de temáticas (gastronomia, cultura, recantos, turismo de negócios, turismo rural, etc.), aumentando o número de visitantes e sua permanência.

Paralelamente, criar estratégias de apoio e fomento ao turismo rural como forma de melhoria da qualidade de vida da população e contribuindo para a permanência do jovem no meio rural, estimulando a agricultura familiar e orgânica.

Em nossa administração, elaboraremos e implantaremos o Plano Municipal de Turismo, além de desenvolver um trabalho técnico que considere inventariação turística, a propaganda do Parque e demais pontos turísticos da cidade. Entendemos que é preciso priorizar ações de turismo cidadão, que levem a uma cidadania ativa dos moradores, realizando ações que construam Guarapuava para os Guarapuava nos, o que contempla o imaginário de “cidade hospitaleira” e acolhedora como de fato é o povo de Guarapuava.

Na época das chuvas, as enchentes em áreas de risco também se tornam um problema, assim, o Programa Guarapuava Limpa será o responsável pelas ações preventivas contra enchentes e outros transtornos nas estações das chuvas. De encontro, também será elaborado o Programa municipal de Estruturação Urbana destinado aos espaços carentes de urbanização e obras públicas e que leve a urbanização ao interior dos bairros e não só nas ruas principais destes.



Em nossa administração faremos, em parceria com a comunidade a revisão da Política Municipal de Habitação de Guarapuava – PMHG e do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, a fim de produzir mais unidades habitacionais por iniciativa pública ou privada, destinadas a atender à demanda identificada no plano local de habitação de interesse social, com prioridade para famílias de 0 a 3 salários-mínimos.

No que diz tange a regularização fundiária, pretende-se estimular a regularização das áreas e construções particulares que estejam em situação irregular, principalmente das áreas de ocupação em processo de urbanização, bem como, nas áreas públicas destinadas a equipamentos público



AGRICULTURA

Guarapuava é conhecida por seu destaque no agronegócio paranaense e até mesmo nacional, pelas altas produtividades em milho, cevada, soja, trigo, aveia e bovinocultura de corte, além da produção de matrizes de aves de alto valor genético e comercial.

No entanto, são os cerca de 2000 estabelecimentos da Agricultura Familiar que respondem pela maior parte do alimento que vai para a mesa dos/as guarapuavanos/as, que representam em torno de 80% dos estabelecimentos rurais do município, os quais muitas vezes se encontram à margem de políticas e serviços públicos importantes como a assistência técnica e extensão rural, o saneamento básico, as políticas garantidoras de abastecimento hídrico, energia elétrica e mobilidade.

Direito à qualidade de vida

Consideramos que todos e todas que vivem no meio rural têm direito à qualidade de vida, o que significa a garantia de renda, um ambiente ecologicamente equilibrado, segurança e soberania alimentar, saúde e educação públicas e de qualidade, além de espaços de cultura, lazer e convivência social, que tornem o campo um espaço cada vez mais atrativo a todas as idades. Nesse sentido, é dever do poder público, representado pela Administração Municipal, melhorar as condições de vida e trabalho no campo.



Transparência e orçamento participativo

Acreditamos que quem vive no campo possui o pleno conhecimento de suas necessidades cotidianas, portanto, é justo que contribuam com os processos decisórios. Por isso, em nosso futuro governo, teremos como eixo norteador a transparência nas ações da Secretaria da Agricultura, bem como a ampliação dos espaços de participação dos/as agricultores/as na elaboração e organização orçamentária.



POLÍTICA AMBIENTAL

Políticas de desregulamentação ambiental associados a impunidade da degradação ambiental no Brasil, na última meia década, colocou em risco a saúde da população brasileira, as parcerias comerciais internacionais, a produção agrícola e pecuária, e a biodiversidade. O resultado da política de guerra ao Meio Ambiente, implementada, já se faz presente por meio da potencialização ou severidade de fenômenos naturais conhecidos, como o agravamento das secas (déficit hídrico profundo e recorrente), aumento de patógenos humanos, animais e vegetais.

O ambiente físico (clima, hidrografia, atmosfera, geologia, entre outros), biológico (vegetação, fauna) e social estão intimamente integrados, o que acontece em um desses termos afeta o outro, assim não é possível promover uma ação sem pensar nas múltiplas interações, ou seja, em suas consequências.

A política ambiental de Guarapuava, na Gestão petista, considera o Meio Ambiente indissociável da vida humana. A política a ser implementada considera como prioridade a manutenção da qualidade e volume de água do município e a biodiversidade. As ações ambientais serão pensadas integradamente entre rural e urbano, e implementadas se respeitando as especificidades de cada ambiente.



O objetivo é integrar a preservação e a recuperação do Meio ambiente com a qualidade de vida humana, tendo como eixo motriz a mudança de paradigma das ações humanas sobre o ambiente natural. Assim ter-se-á a Educação ambiental como elemento transformador do pensamento socioambiental do cidadão.

A política ambiental definida pelo Prefeito e seus colaboradores será colocada em prática pela Secretaria de Meio Ambiente, a partir de uma organização sistêmica com as demais secretarias municipais. Cabe ressaltar que o conceito de meio ambiente integrado implica num projeto que envolve as decisões de todas as secretarias municipais, acabando com as ações dicotomizadas e redundantes da Prefeitura. O objetivo é ampliar o resultado e reduzir os custos ambientais e financeiros das intervenções efetuadas no município.



EDUCAÇÃO

Por uma educação humanizadora, pública e de qualidade

Guarapuava é digna de uma educação que transforme seus cidadãos/ as em protagonistas do processo histórico em que vivem e de maneira participativa mudem essa realidade para “bem comum de todos e todas”. Para tanto defendemos uma educação humanizadora, pois é na escola pública que se inicia esse exercício.

A nossa concepção de educação é esta! Precisa ser encarada como afirmação da cidadania, construtora da criticidade, emancipadora e deve ser gestada e planejada para além do momento eleitoral. Educação é um direito, uma política chave na construção do humano, principalmente no que diz respeito à Educação Infantil e Séries Iniciais.

Nesta concepção é que este plano foi concebido. Pensado por todos/as que se preocupam com uma educação inclusiva, democrática e motivadora para que a escola que queremos a partir de 2021 tenha como elemento central a formação para a cidadania.

Diante disso, para a elaboração deste plano consideramos toda estrutura da educação em Guarapuava: São 43 escolas municipais, 28 Cmeis, mais de 15 mil alunos/as matriculados, 2.470 servidores/as públicos na pasta. Levamos também em conta o



planejamento dos Planos Nacional e Municipal de Educação, pois foram frutos de um intenso processo de mobilização e participação popular, portanto, jamais poderiam ser desconsiderados.

Educação pública e de qualidade

Propomos uma Secretaria de Educação integrada com as demais secretarias de governo num esforço conjunto para mapeamento e resolução de conflitos sociais e redução das desigualdades. É notável a relação dos índices entre IDEB e IDH. Assim, o trabalho conjunto com Conselho Tutelar, Unidades de Saúde, CRAS, CREAS, dentre outros equipamentos e conselhos poderá ajudar na mediação de conflitos presentes no mundo escolar.

Com essa nova concepção, podemos potencializar o papel da escola nas campanhas educativas sobre temáticas de segurança, meio ambiente, saúde, trânsito e outras relativas aos direitos humanos, à cultura da paz e à prevenção de todas as formas de violência. Dessa forma, poderemos oferecer à comunidade escolar uma formação voltada à igualdade de gênero e ao combate a qualquer forma de discriminação.

A escola, assim como a Unidade de Saúde, em vários locais é uma referência para a comunidade e faz parte da identidade desta. Para promover a democratização da escola e valorização da vida, vamos criar o Projeto Escola Aberta, oferecendo nos finais de semana



ações esportivas, culturais e de lazer de maneira integrada com a participação de outras áreas de governo.

Educação para a participação

Tendo ciência de que a grande maioria do quadro de servidores/as está na educação, em nosso governo, que será na sua integralidade participativo, propomos que todo e qualquer projeto deverá ser pensado e executado com a ampla participação das professoras/es, educadoras/es infantil, equipes pedagógicas, funcionárias/es e direções de escolas, ou seja, quem vive a educação municipal na prática.

A gestão, a docência, o cuidado e outras atribuições dos quadros docentes serão valorizadas visando-se a materialização da qualidade educacional. Condições suficientes de trabalho serão garantidas por meio de providências técnicas que incluirão desde a formação constante até a estrutura necessária para as ações cotidianas nos locais de trabalho. A formação constante será coerentemente pautada pelas necessidades verificadas nas situações reais da docência e da gestão, mediante avaliações institucionais e decisões coletivas realizadas no âmbito dos colegiados do Sistema Municipal de Educação.

Aliado à formação e planejamento, a participação cidadã, também na educação, terá um papel central. Assim, o fortalecimento dos Conselhos Escolares e do Conselho Municipal de Educação, com



investimento na formação, bem como a garantia de formas democráticas para escolha das direções de escola e conselheiros/as terá o respeito e reconhecimento por parte de nosso futuro governo. Nesse mesmo sentido, as decisões tomadas nos Conselhos de Educação, do FUNDEB e da Merenda Escolar serão igualmente reconhecidas e respeitadas.

Educação Infantil e Ensino Integral

É fato que com recursos federais foram inauguradas 10 Cmeis em Guarapuava, fruto do Projeto Brasil Carinhoso, hoje extinto pelo atual governo federal. Entretanto, a demanda reprimida de vagas não foi totalmente atendida. Da mesma forma que a matrícula em meio período nas creches causou polêmica e insatisfação por parte das mães trabalhadoras em tempo integral.

Colocar a educação infantil em salas ociosas nas escolas municipais também não se mostrou eficiente além de aumentar a demanda das escolas. Ainda existe uma defasagem considerável de crianças que têm direito à educação infantil na fila de espera por vagas. É necessário também considerar que após a pandemia, esse número pode aumentar.

Precisamos levar em conta de que o Cmei há muito tempo deixou de ser somente um local para deixar as crianças enquanto os pais exercem suas atividades. A Educação Infantil é um direito de todas as crianças e precisa ser respeitado como tal. Nossa proposta é



seguir o parecer 17/2012 do Conselho Nacional de Educação que indica realizar de forma progressiva a inserção preferencialmente para as crianças em situação de maior vulnerabilidade, ou em situação de risco social ou pessoal na educação infantil em conjunto com as mães trabalhadoras em tempo integral.

Realizaremos um mapeamento em parceria com a Secretaria de Assistência Social a fim de diagnosticar as necessidades para que ao final dos quatro anos de nossa futura gestão, esse direito seja respeitado conforme preveem os Planos Nacional e Municipal de Educação.

Da mesma forma será tratada a educação em tempo integral. O que se vê é que a escola de tempo integral não é estendida a todos. Ela é necessária e urgente, principalmente para combater a vulnerabilidade social.

Conforme o Plano Municipal de Educação, em sua Meta 6, o município de Guarapuava deverá, até o final de 2025, implantar progressivamente o ensino integral em pelo menos 50% das escolas da Rede Pública Municipal, além de atender as Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas na mesma modalidade. Não mediremos esforços para cumprir esta meta.



Valorização Profissional

Sabemos de todos os esforços que professoras/es, diretoras/es, pedagogas/os, secretárias/os, serventes e todos os profissionais que compõem o quadro escolar fazem diariamente para manter a escola funcionando. Em nossa gestão faremos a defesa incondicional da política salarial dos profissionais da educação, bem como a defesa do piso do magistério e planos de carreiras.

Vamos promover um amplo e permanente movimento de reflexão sobre os currículos, assegurando a troca de experiências entre escolas bem como a abordagem curricular. Com planejamento e participação, implantaremos uma política de formação permanente e sistemática para os educadores, em articulação com o movimento de reflexão sobre os currículos.

A elaboração de projetos político-pedagógicos em todas as unidades educacionais serão acompanhadas em reuniões pedagógicas sistemáticas. Para tanto, será fundamental que esse tempo seja previsto na jornada de trabalho das/es educadoras/es. Planejaremos de forma que integrem políticas e ações educacionais em cada lugar, por meio de processos de planejamento e estão, intra e inter secretárias e unidades escolares.

Para as/os funcionárias/as vamos organizar um programa de formação permanente, o que trará valorização de suas carreiras e incremento do ensino como um todo, pois estes também têm participação nas tarefas



educativas. Afinal, integrar de forma participativa os docentes e os não-docentes em esforços coletivos é, acima de tudo, dar base para que o processo educacional democrático e participativo aconteça.

Estas são algumas das ações propostas deste plano para a melhoria da educação em Guarapuava. Ressaltamos que este não é um planejamento fechado, mas um início para criarmos as possibilidades de uma escola inclusiva, democrática e participativa.



CULTURA

A Cultura pode e deve ser encarada como uma categoria efetiva de representação e regulação da sociedade. O Estado, neste âmbito, representado pelo poder executivo local, precisa inserir a cultura em sua agenda prioritária. Não somente pelas inúmeras oportunidades e /ou necessidades que ela representa, mas como instrumento de um projeto de desenvolvimento baseado nos valores humanos sobretudo, por sua capacidade de ativar e ativar os organismos de participação social. Para isso, deve reconhecer, identificar, preservar, fomentar e estimular a diversidade e a pluralidade cultural existente em Guarapuava.

Nosso comprometimento com a Cultura não ficará restrita a dependências físicas. A Cultura estará presente em todas as esferas de governo: nas assembleias do Orçamento Participativo, nas feiras de produtos da agricultura, dentro do Mercado Municipal e, principalmente nos festivais de música, teatro e dança.

O primeiro compromisso será desmembrar o Departamento de Cultura da Secretaria de Educação, criando a Secretaria Municipal da Cultura. Assim, com uma equipe exclusiva a pensar nas ações culturais poderemos colocar Guarapuava no circuito cultural do



Paraná e do Brasil, além de fomentar e pensar nas políticas públicas de Cultura tão necessárias ao nosso desenvolvimento.

A ideia é ativar a capacidade de ação do poder público local e agentes da sociedade civil organizada em torno de uma nova função política para a Cultura. Queremos romper com a ideia de cultura de entretenimento, de aparelhos na praça, de burocratização e enquanto elemento dificultador do acesso mínimo ao mais elementar. No nosso governo, a Cultura terá papel central, emancipador e de agente de transformação das pessoas.



SAÚDE

A saúde consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no artigo XXV, que define que todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis. Ou seja, o direito à saúde é indissociável do direito à vida, que tem por inspiração o valor de igualdade entre as pessoas.

No contexto brasileiro, o direito à saúde foi uma conquista do movimento da Reforma Sanitária, refletindo na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Constituição Federal de 1988, cujo artigo 196 dispõe que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”.

No entanto, direito à saúde não se restringe apenas a poder ser atendido no hospital ou em unidades básicas. Embora o acesso a serviços tenha relevância, como direito fundamental, o direito à saúde implica também na garantia ampla de qualidade de vida, em associação a outros direitos básicos, como educação, saneamento básico, atividades culturais e segurança.



A criação do SUS está diretamente relacionada a tomada de responsabilidade por parte do Estado. A ideia do SUS é maior do que simplesmente disponibilizar postos de saúde e hospitais para que as pessoas possam acessar quando precisarem.

A proposta é que seja possível atuar antes disso, através dos agentes de saúde que visitam frequentemente as famílias para se antecipar os problemas e conhecer a realidade de cada família, encaminhando as pessoas para os equipamentos públicos de saúde quando necessário”.

A atenção primária é fundamental para prevenir e evitar complicações. Caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. Deve resolver os problemas de saúde de maior frequência e relevância.

É o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

A Atenção Básica considera o sujeito em sua singularidade, na complexidade, na integralidade e na inserção sociocultural e busca a promoção de sua saúde, a prevenção e tratamento de doenças e



a redução de danos ou de sofrimentos que possam comprometer suas possibilidades de viver de modo saudável.



ESPORTE

O esporte, assim como a Cultura são instrumentos de inclusão social e integração das diversas idades, dessa maneira, a Secretaria Municipal de Esportes e Recreação deve passar por uma ampla reorganização que contemple todas as categorias desportivas, levando em conta a realidade social e econômica da população, passando a ser chamada de Secretaria de Esportes, Lazer e Qualidade de vida – SELAQ, a qual deverá ter uma divisão em três setores que contemplem três subáreas: Atividade Física & Saúde; Recreação & Lazer; Esportes.

Em Guarapuava, o esporte precisa ser visto de forma tão importante quanto outras áreas por seu caráter lúdico e interativo além da busca de atletas de alto rendimento, que sejam capazes de representar o município nas diversas competições. Os erros do passado como a perda de dois ginásios de esporte e um estádio de futebol por condições diversas não podem ser repetidos, os campos de futebol dos bairros podem e devem ser regenerados por simbolizarem o ponto de encontro da comunidade nos finais de semana.

Da mesma forma, o nosso Estádio Municipal precisa ser revigorado para ser utilizado o ano inteiro como espaço multiuso para esportes em equipe e individuais.



Dentro dessa nova visão, deve-se então criar as Diretorias: de Recreação e Lazer responsável pela elaboração e execução de atividades e eventos de lazer e recreação para a população, adulta e infantil da cidade. Diretoria de Esportes passará a ser coordenar as atividades esportivas da cidade, dividida em desporto, esporte popular e esporte rendimento, atingindo todas as categorias e vertentes esportivas. Diretoria de Atividade Física e Saúde que irá coordenar e fomentar programas e atividades que visem elevar a qualidade de vida da população, aliada a um estilo de vida mais ativo e saudável.

Os Jogos Estudantis da Semana da Pátria – JESP's devem ser fortalecidos e valorizados enquanto forma de busca de novos talentos. Portanto, a reestruturação do evento com revisão e reorganização das categorias se torna fundamental a fim de evidenciá-lo como um momento esportivo de competição e interação social, esportiva e humana. A par disso, a discussão do calendário com a comunidade escolar se torna fundamental.

No âmbito da concepção de governo participativo, a SELAQ deverá elaborar consultas à população sobre o esporte praticado em cada comunidade a fim de identificar a vocação desportiva de cada bairro ou região da cidade, otimizando assim o uso dos equipamentos públicos.



DIREITOS HUMANOS

No século XXI os direitos humanos tornaram-se o discurso hegemônico de promoção da dignidade da pessoa humana. Todavia, infelizmente, os direitos humanos ainda são discursos que precisam ser mais que discursos. Para os governos são desafios concretos que precisam ser efetivados de alguma forma.

Trata-se de conceber um Estado Mínimo de intervenção na liberdade dos indivíduos, promovendo a autonomia e emancipação de cada pessoa, mas que proporcionem de forma efetiva a igualdade e os direitos sociais, valorizando o espaço coletivo, a convivência social e o pleno acesso ao espaço público.

Uma administração municipal comprometida com estes direitos reconhece a transversalidade de uma política voltada aos direitos humanos. Os direitos humanos não estão em teorias, eles existem e estão nas diversas áreas do município responsáveis pelas políticas públicas. E cabe à gestão municipal articular com todas estas áreas para que os direitos de todas as pessoas sejam efetivados.

Todavia, também é preciso reconhecer que considerar tudo enquanto direitos humanos, o que compromete a efetivação dos direitos, principalmente dos grupos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social e precisam de atenção especial, respeitando assim o princípio constitucional de tratar os desiguais



de forma desigual, para que se alcance a igualdade material e formal entre todas as pessoas.

Ao mesmo tempo em que articula, promove, efetiva e protege direitos, é função de uma administração pública comprometida com a efetivação destes direitos criar mecanismos para uma educação libertadora da população, que desconstrua o velho senso comum que “direitos humanos são para bandidos”.

Os direitos humanos são construídos para todas e todos, a partir das lutas concretas do povo que busca voz, vez e lugar; são construídos por pessoas que só querem ser reconhecidas como pessoas, a partir de suas identidades e organizações. E é compromisso da nossa administração pública comprometer-se com tanta gente que busca a efetivação e reconhecimento pleno de seus direitos.

Desta forma, vislumbram-se três eixos principais para a efetivação de uma política voltada aos direitos humanos:

- 1) Articulação com todas as demais áreas do município, garantindo a transversalidade dos direitos humanos e uma política pública integrada;
- 2) Promoção, efetivação e proteção de direitos de grupos em situação de risco e vulnerabilidade, independente de cor, raça, nacionalidade, etnia, sexo, orientação sexual, crença ou classe



social, mas com especial atenção à população em situação de rua, crianças e adolescentes, negros e negras, população LGBT, indígenas e povos tradicionais da região;

3) Educação em direitos humanos.

Desta forma será possível vislumbrar uma administração municipal comprometida com uma Guarapuava de todas e todos, uma Guarapuava que promove, efetiva e protege os direitos de todas as pessoas.

Neste modelo e na perspectiva de uma Guarapuava mais humana e inclusiva, propomos:

Articulação em direitos humanos, promoção e efetivação de direitos

- Subsidiar os debates sobre direitos humanos em todas as secretarias do município. mapeando as dificuldades para a efetivação dos direitos;
- Capacitar continuamente os profissionais da Assistência Social, Educação, Saúde, Conselheiros Tutelares e demais serviços públicos para o atendimento humanizado, buscando o fim dos preconceitos e discriminações frente aos grupos mais vulneráveis;
- Buscar parcerias público/privadas para realizar projetos que contemplem os direitos humanos em todas as áreas;



- Articular a rede de proteção dos Direitos Humanos organizando grupos, em parceria com as universidades, de apoio aos profissionais que atuam com direitos humanos, buscando entender suas dificuldades e fortalecendo os vínculos para que possa manter uma qualidade de vida saudável, indo além da questão profissional;



ASSITÊNCIA SOCIAL

Durante décadas a Assistência Social, foi marcada pelo clientelismo, favorecimento e mando, relações que se assentavam em uma cultura política que visava perpetuar desigualdades.

O processo de concretização da Assistência Social enquanto política pública foi lento. Inicialmente a forma de atendimento as necessidades dos sujeitos eram filantrópicas e assistencialistas, visavam promover ajuda numa perspectiva de ajuste e enquadramento social. A política era desorganizada, fragmentada, de caráter pontual e estava vinculada a política partidária e ao primeiro-damismo.

A Constituição Federal de 1988 propôs um núcleo duro para a proteção social no Brasil (saúde, à previdência e à assistência social), que tem como horizonte romper com práticas assistencialistas e clientelistas.

A Constituição Federal (art. 203) estabelece que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

II - O amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;



IV - A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

A partir da pressão trabalhador(as), dos movimentos sociais, diferentes segmentos da sociedade, a assistência assumiu o status de política social pública de responsabilidade do Estado.

Como baliza a partir da CF 1988, tem-se a Lei 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005 que tem como objetivo principal organizar a política de assistência social e materializar o conteúdo da Lei Orgânica da Assistência Social.

Entende-se que apesar de positivada em lei a Assistência precisa avançar e muito para cumprir seus objetivos de concreção da cidadania.

OBS: Você já deve ter ouvido falar em CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS, (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), unidades que ofertam serviços e programas a partir do SUAS, são ganhos dessa estrutura mencionada.



Quem a política atende:

A Assistência Social é uma política pública; um direito de todo cidadão que dela necessitar.

Atende a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social e financeira.

O que a política pretende:

Dar respostas institucionais qualificadas às necessidades sociais.

O que não fazer:

- Não trataremos os sujeitos beneficiários como marginal ou carente. A política irá abranger os segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade social, não sendo destinada somente à população pobre.
- Não fomentaremos práticas assistenciais e clientelistas. O foco da política será de um padrão de proteção social afirmativo de direitos.
- Não teremos na política a função de “mãe da pobreza” exercida pela primeira dama. O compromisso será de um gestor – técnico da política.



- Não trabalharemos na perspectiva da burocratização e da seletividade que dificulta o acesso às políticas sociais. O foco será ampliação dos direitos.



MULHERES E POLÍTICA DE GÊNERO

A Opressão e as desigualdades relacionadas ao gênero não dizem respeito apenas às mulheres, mas a todos os que buscam uma sociedade mais justa e solidária alterando as relações homens e mulheres. Deve - se levar em conta as diferentes socializações entre homens e mulheres e a necessidade de ações diferenciadas nas administrações, isso não significa simplesmente atender as mulheres, mas alterar as relações de desigualdades e, portanto, transformar relações sociais.

Mais que criar e uma Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres e colocá-la em funcionamento, é necessário que a SMPM tenha um quadro de servidores/as efetivos/as próprio, objetivando a elaboração projetos e diagnósticos sociais, acompanhar e controlar os convênios em execução, elaborar relatórios diversos, firmar parcerias público-privadas, dentre outras atribuições de uma secretaria de governo.

A SMPM deve compreender que mulheres e homens são iguais em seus direitos e sobre este princípio se apoiam nas políticas de Estado que se propõem a superar as desigualdades de gênero.

As mulheres sempre foram colocadas em situação de desigualdade. As relações sociais e o sistema político, econômico e cultural imprimiram uma relação de subordinação das mulheres em relação aos homens. Esta desigualdade sempre foi tratada



como natural, como imutável e tem sido uma das formas de manter a opressão sobre as mulheres, como se fosse inerente ao ser mulher ser subordinada.

As mulheres devem ser consideradas como sujeitos de direitos e sujeitos políticos e seu desenvolvimento econômico e social deve ser promovido de maneira sustentável, com respeito ao meio ambiente e por meio do uso adequado dos recursos naturais.

Segundo o IBGE (2010), a população feminina de Guarapuava é constituída por 85.531 mulheres, sendo que 78.720 estão na zona urbana. Dessas somente 31.208 estão ocupadas (IPARDES, ago./2020) ocupadas.

Assim, a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres deve atuar intensivamente em programas que gerem renda e consequentemente, autonomia às mulheres guarapuavanas, com medidas que ampliem a inclusão das mulheres na reforma agrária e na agricultura familiar, o direito à vida na cidade com qualidade, acesso a bens e serviços públicos, o acesso ao mercado de trabalho, a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio.

O poder público municipal também tem por obrigação incorporar a perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual no processo educacional formal e informal. Precisa garantir um



sistema educacional não discriminatório, que não reproduza estereótipos de gênero, raça e etnia, além de elaborar material educativo/informativo com a história das mulheres que contribuíram para a conquista de direitos e cidadania, estimular a realização de vídeos, documentários e filmes que abordem a presença das mulheres na história e na cultura.

No que diz respeito à Saúde, é imperante a realização de ações que promovam a melhoria da saúde das mulheres, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde, garantindo também os direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres. Isto posto, torna-se extremamente necessário ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde do município.

Dessa forma, a ampliação e modernização do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher se tornará uma das metas de nosso governo com a modernização e ampliação no processo de consultas e exames nas unidades de saúde e, no caso das mulheres vítimas de violência, com a elaboração do boletim de ocorrência



JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Durante muito tempo a juventude foi tratada apenas como a transição da infância para a vida adulta. Sendo assim, deixar de ser jovem significa apenas inserir-se na vida produtiva, conquistando autonomia financeira. As políticas concebidas e implementadas nos marcos que caracterizam a juventude não respondem as diferentes formas de experimentar essa fase.

Afinal, as trajetórias juvenis não são lineares e necessitam de estratégias variadas. Mais que isso esse período de transição situado entre a adolescência e a fase adulta é também um período de experimentação, descobertas, escolhas e construção de identidade.

É nesse período da vida que se definem aspectos importantes, como a escolha profissional. Também, a construção de posicionamentos ideológicos e políticos, da cidadania e do conceito de sociedade, bem como das relações que se estruturam nesta, são potencializados nessa etapa da vida.

Os jovens que não se encaixam no modelo que concebe somente a transição juvenil, que se resume à inserção na escola e no trabalho são identificados como portadores de comportamentos de risco, desviantes e desajustados. Para este grupo coube muitas o desenvolvimento de ações de tutela e repressão, tratando essa parcela da juventude como um problema.



Romper com essa visão esquemática implica assumir que a juventude carrega um sentido próprio, é uma fase marcada por intensas experimentações e variadas formas de sociabilidade, condicionadas a diferenças de classe sociais, territoriais, escolaridade, ocupação profissional, gênero, etnia e orientação sexual. Portanto, falar de juventude é necessariamente reconhecer a diversidade e a não linearidade das trajetórias desse grupo social.

Guarapuava tem 44.648 pessoas entre 15 e 29 anos. Essa configuração demanda que o Estado, neste caso, o município dê conta das necessidades da juventude, construindo mecanismos através da estruturação das políticas públicas que incida na vida dos jovens e os tornem agentes participativos na consolidação destes mecanismos, para que os mesmos não sejam incorporados ao processo de desenvolvimento pelo qual passa o Brasil como mão de obra barata e precarizada.

Esse cenário também tem exigido que a juventude se coloque como agente político responsável por pensar o seu papel estratégico na atual e futura Guarapuava, o que, consequentemente, nos leva a pensar sobre o cenário das políticas públicas de juventude e da realidade vivenciada pelos jovens em seus diferentes contextos e nas suas diferentes trajetórias, buscando, por meio da potencialidade de um conjunto de ações e decisões, a transformação da realidade da juventude.



A importância das Políticas Públicas de Juventude (PPJs)

Atualmente, podemos observar certo consenso em torno da importância e necessidade de implementação de políticas públicas destinadas à juventude. Entretanto, ainda presenciamos o olhar de segmentos da sociedade que enxergam os jovens com preconceitos e conservadorismos, tratando-os como problemas e reforçando processos de criminalização em muitos casos e de tutela em outros.

Por isso, as políticas públicas têm papel fundamental, que é o de, a partir da escuta dos jovens, da interlocução com eles, entender melhor suas demandas, o que querem e o que pensam sobre o futuro, para desta forma estruturar uma agenda política juvenil no país e nos demais espaços governamentais.

As políticas públicas de juventude contribuem para a construção de novas percepções do ser jovem e reafirmam a defesa dos jovens como sujeitos de direitos,

bem como, da importância de uma concepção democrática de realização da política.

Desta maneira, é fundamental que as ações do Estado estejam articuladas com os municípios e organizações juvenis, funcionando como uma rede. Esta dará capilaridade para que as PPJs estejam



conectadas com o debate da participação e a partir deste com a construção do protagonismo juvenil, com a autonomia de vida da juventude e o seu empoderamento.



ANEXO A — PROPOSTAS RECEBIDAS VIA SITE

Estas são observações publicadas pela participação da comunidade via site. Escolhemos publicar desta forma porque será assim que governaremos Guarapuava: ouvindo as reivindicações, analisando o que é possível executar e chegar a consensos que beneficiem a todos e todas.

Aqui não estamos assumindo como promessas de campanha, mas valorizando a contribuição de cada um e cada uma para que tenhamos uma cidade mais participativa, democrática e inclusiva, da qual as pessoas que aqui habitam fazem parte da construção de Guarapuava.

As contribuições da população que recebemos pelo site <http://www.programadegovernopt.com.br/guarapuava> até o dia 10 de setembro de 2020. Nenhuma delas teve alterações da descrição original.

TEMA: Segurança Pública

TÍTULO: Criação de Guarda Municipal

AUTORA: Bruna Portella

PROPOSTA: Sugiro a criação de uma Guarda Municipal para a cidade de Guarapuava, com atuação em todos os bairros, reforçando a segurança pública e auxiliando a PM no combate ao crime.



TEMA: Saúde

TÍTULO: Participação cidadã e controle social.

PROPOSTA: Maior envolvimento comunitário no Conselho Local de Saúde e divulgação de suas reuniões e deliberações. A saúde como qualidade de vida depende da participação e corresponsabilidade de todos (cidadania ativa). É mais do que mera assistência aos agravos. Envolve educação popular em saúde, promoção de saúde, prevenção de doenças e tratamento dos agravos. Os cidadãos, principalmente os mais simples precisam ser ouvidos em suas necessidades e participar da busca de soluções.

TEMA: Infraestrutura urbana

TÍTULO: Pavimentação

AUTOR: Tales Falleiros Lemos

PROPOSTA: Promover a recuperação da pavimentação das vias urbanas.

Regulamentar e fiscalizar o transporte de cargas no perímetro urbano do município, visando proteger a pavimentação existente; exigir em toda e qualquer obra de pavimentação, a realização dos serviços de drenagem necessários. SINALIZAÇÃO Placas e lombadas.



TEMA: Saúde

TÍTULO: Agendamento de todas as consultas

AUTORA: Andréia Vieira Slompo

PROPOSTA: Agendamento de todas as consultas médicas nos postos de saúde. O que for urgente e emergência será atendido na UPA e nas urgências. Sem mais ter que ir de madrugada pegar ficha.

TEMA: Esporte

TÍTULO: Mais espaços para prática esportiva

AUTOR: Adão Lodir Schneider

PROPOSTA: Mais espaços para prática esportiva (futebol, vôlei, basquete etc.) acabar com a questão de ter que ir de madrugada pegar ficha no posto de saúde para consulta, devia todos ser agendados cursos de libras e espanhol para crianças desde o segundo ano equipes multidisciplinares nas escolas, conselhos tutelares e nos postos de saúde para atender quem precisar residência inclusiva e terapêutica espaços e cursos de teatro centro de atendimento multiprofissional para pessoas com deficiência espaços com equipe multiprofissional para pessoas idosas sanitários nos parques e praças que ainda não tem e com segurança um serviço nos bairros similar ao centro com limpeza



das ruas e programa municipal de inclusão ao mercado de trabalho de jovens e pessoas com deficiência.

TEMA: pessoas-com-deficiência

TÍTULO: Centro para pessoas com deficiência

AUTOR: Adão Lodir Schneider

PROPOSTA: Centro municipal multiprofissional para atendimento a pessoas com deficiência.

TEMA: Infraestrutura

TÍTULO: Sanitários e segurança em todas as praças e parques que ainda não tenham.

AUTOR: Adão Lodir Schneider

PROPOSTA: Sanitários e segurança nas praças e parques. Pessoas que ficam mais tempo na cidade ou em parques não tem sanitários e segurança. Exemplos: Cidadãos que vem dos distritos não tem banheiro para uso.

TEMA: Saúde

TÍTULO: Implementação do CAPS

AUTOR: Adão Lodir Schneider

PROPOSTA: Implementação do CAPS I, para atendimento e tratamento de crianças e adolescentes com transtornos e doenças que requerem cuidados.



TEMA: Emprego e renda

TÍTULO: Inclusão de jovens e pessoas com deficiência ao mercado de trabalho.

AUTOR: Adão Lodir Schneider

PROPOSTA: Programa municipal para cadastro, avaliação, qualificação e referenciamento para empresas cadastradas. Assim como um processo de aprendizagem.

TEMA: Mobilidade e Conservação de ruas e praças

TÍTULO: Cidade cidadã para e com as pessoas

AUTOR: Adão Lodir Schneider

PROPOSTA: Ação articulada entre escola, poder público municipal e demais setores da sociedade para recuperação, aprimorar e implementar uma política para a cidade, e para o bairro Bonsucesso, que integre mobilidade urbana e conservação ambiental. A cidade para as pessoas.... Em meu bairro em particular, sugiro uma política de mobilidade e trânsito. Há pontos de muita circulação que não há boas calçadas e vias para ciclistas seguras. Semáforos seriam fundamentais na rotatória do monumento do “cavalo” e também na nova entrada do cedeteg. Outra contribuição seria uma política para às áreas verdes e áreas de preservação permanente. Essas ações poderiam ser integradas com formações para cidadania nas escolas. Atuo na educação e sobre isso, penso que seria importante uma ação de integração



entre município e estado, articulando a formação entre as unidades federativas.

TEMA: asfaltamento-pavimentação

TÍTULO: Melhoramentos

AUTOR: Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes

PROPOSTA: Sou moradora do Núcleo Residencial Santa Cruz, agora após 30 anos de moradia, que me parece ter melhorado. Motivo dá-se à abertura de novos loteamentos. Pergunto: por que só assim, quer dizer que calçadas só existiram quando houver moradias, ou algumas construções para comércio? Uma rua que precisaria melhorias de calçamento é a Rua Leonardo Koblinski, devido a sua movimentação ligar bairros como Madeirit, Boqueirão, São João, Vila Luiza e chegar à rua que dá acesso à descida para a Vila Jordão. Como há escola nas proximidades, existe a necessidade de cuidados com os pedestres, neste caso os alunos seriam a prioridade para que possam ir e vir para a escola, não correndo o risco de atropelamentos.

Algumas de ruas nestas proximidades que citei, também não são asfaltadas e com às moradias próximas, mas por exemplo a linha de transportes de ônibus da pérola, passa por ambos os lados em cima de asfalto, mas a rua que liga estas, ainda não tem asfalto, ou seja um pedacinho de 300 metros, três quadras. Será que é porque



aquelas pessoas, moram desde quando nasceram naquele lugar não são merecedoras por questão financeira. Nas redondezas suas modestas casas, são avaliadas por menores preços. Por que não há condições destas pessoas ganharem a rua asfaltada e calçadas?

Restaria a prefeitura fazer o parcelamento das despesas a estas pessoas e elas todas possam pagar e estejam felizes com o trabalho feito pelo município. Onde já tem moradias acho que merece melhor atenção ou pelo menos a prefeitura fazer o levantamento com os proprietários interessados, principalmente aqueles pagadores de impostos regularmente.

TEMA: Infraestrutura-hídrica-e-saneamento

TÍTULO: Saneamento Básico

AUTOR: Luiz Carlos de Lima

PROPOSTA: Melhores condições de Saneamento Básico a população.

TEMA: Saúde

TÍTULO: Saúde Mental, Implantação de CAPS I - Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil, para atendimento de crianças de 0 a 17 anos, com quadro clínico em saúde mental.

AUTOR: Fábio Augusto da Silva

PROPOSTA: Reformulação ou ampliação do atendimento à população em saúde mental:



- Número de profissionais da psicologia no atendimento à população na atenção primária, que atenderá pessoas em condições de médio risco em saúde mental, de maneira preventiva, melhorando o fluxo de atendimento a casos mais graves em outros níveis de atenção como o CAPSII, Ad, CAPSII e internamentos.
- Implantação de CAPS I – Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil, para atendimento de crianças de 0 a 17 anos, com quadro clínico em saúde mental. – Reformulação do fluxo de pacientes em situação de internamento psiquiátrico, hoje outros municípios recebem os internamentos provisórios desses pacientes.
- Reconhecimento do profissional que trabalha em saúde mental, e condições para trabalhar compatíveis com as exigências da área de atuação.
- Programas de prevenção das escolas em saúde mental
- Melhorar o atendimento em saúde mental na atenção primária há falta de profissionais, principalmente na área da psicologia para atender a população que tem direito ao atendimento em saúde mental.

TEMA: Mulheres

TÍTULO: aplicativo feminino



AUTORA: Bruna Portella

PROPOSTA: Ampliar o App 99 e Uber para escolha de motoristas femininas, e analisar a possibilidade de o município criar um aplicativo do gênero feminino além dos já citados.

Não são poucos os casos de assédio sexual sofrido por mulheres em corridas de táxi ou apps de transporte, por isso, é de extrema necessidade ampliar o número de apps femininos apenas para mulheres. Nossa cidade já possui vários relatos de mulheres que passaram por esse transtorno e crime que pode ser localizado na nossa imprensa local RSN.

Uma iniciativa do nosso município além de servir de exemplo e unir-se a outros, também, trará oportunidade de trabalho e independência para mulheres e segurança para as que necessitam desse tipo de transporte. O App 99 em grandes cidades já possui a escolha de motoristas femininas, trazer essa ampliação para nosso município seria de grande valia é segurança para nós mulheres bem como outros aplicativos desse gênero.

TEMA: Saneamento básico

TÍTULO: Saneamento básico na Vila Rica (Santana)

AUTOR: Franciele Araujo



PROPOSTA: Sugiro o saneamento básico (esgoto), na vila rica na Santana, uma demanda antiga dos moradores, água e esgoto tratado, as ruas que ficam localizado atrás do Colégio Rui Barbosa.

TEMA: Educação

TÍTULO: Universidade Livre e Solidária

AUTOR: Sugestão feita durante oficina específica

PROPOSTA: A ideia de uma universidade aberta, tem por objetivo estreitar os laços de solidariedade e cooperação entre Prefeitura, instituições de ensino, pesquisa e extensão, serviços sociais do comércio e da indústria, sindicatos, entidades, empresas coletivas e quaisquer outras modalidades de pessoas jurídicas, a fim de promover efetivamente a melhoria socioeconômica e a formação e a expansão do conhecimento e das ciências através de cursos e de outras de formas de ensino-aprendizagem e de capacitação profissional.

Com sua criação a partir da iniciativa e do estímulo da administração municipal, a Universidade Solidária deverá ser efetivada com a parceria entre as diversas instituições e entidades do município e da região com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável e solidário dos empreendimentos e de toda a região.



Dentre outras finalidades, a atuação da Universidade Solidária deverá estar voltada especialmente para as áreas econômica, educacional e ambiental, visando:

- 1) Melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas nos diversos empreendimentos e atividades afins;
- 2) Incentivo e apoio à organização de trabalhadores e de populações carentes, desempregados ou grupos em risco de desemprego;
- 3) Eficiência econômica e excelência na elaboração e comercialização dos produtos e serviços, como mecanismo fundamental para assegurar a perenidade e o progresso dos empreendimentos;
- 4) Capacitação profissional através da oferta de cursos e outras modalidades de ensino, tendo por base as carências profissionais de setores econômicos específicos.

A existência da Universidade Livre e Solidária independe de um espaço físico centralizado. Suas atividades devem percorrer os diversos espaços das entidades parceiras, facilitando o acesso dos estudantes. Seus cursos podem ser ofertados pelas próprias entidades de acordo com as necessidades levantadas pelos diferentes departamentos. Sua forma cooperada de manutenção e atuação permitirá que seus custos sejam irrelevantes.